

SOCIUS WORKING PAPERS

DESPOVOAMENTO, DESENVOLVIMENTO RURAL E APEGO À TERRA: O CASO DE UMA PEQUENA ALDEIA DE TRÁS-OS-MONTES

João Carlos Lopes
Vítor Barros

Nº 03/2020

Despovoamento, desenvolvimento rural e apego à terra: o caso de uma pequena aldeia de Trás-os-Montes

João Carlos Lopes

UECE/REM e SOCIUS/CSG, ISEG – Universidade de Lisboa

e-mail: jcflopes@iseg.ulisboa.pt

Vítor Barros

Escola Mouzinho da Silveira, Baixa da Banheira

e-mail: vitor.barros@aems.pt

RESUMO: Neste documento de trabalho apresenta-se um estudo de caso de uma pequena aldeia transmontana, do distrito de Bragança, através de uma perspetiva multidisciplinar, envolvendo, entre outras, as dimensões demográfica, económica, social, cultural e religiosa. Trata-se de um núcleo populacional em acelerado processo de despovoamento, iniciado com o fluxo migratório dos anos sessenta, sobretudo para o Brasil, e, nos anos setenta, para França e Alemanha, bem como para os centros urbanos de Porto, Lisboa e Aveiro, entre outros. Depois de um breve enquadramento histórico, geográfico e demográfico, usa-se uma base de dados original, e até agora não explorada, constituída pela lista de contributos para a festa anual da aldeia (nomes e valores dos donativos), complementada por informação adicional recolhida, *in loco*, junto dos respetivos mordomos e de outros habitantes conhecedores da realidade local, sobre a idade, local de residência, grau de escolaridade, profissão e dedicação (ou não) a atividades agrícolas. O principal objetivo do trabalho é comparar, a estes diversos níveis, a população residente na aldeia e a diáspora, que a ela continua ligada por laços familiares e afetivos, constituindo um ativo essencial para a resiliência deste território periférico, envelhecido e cada vez mais despovoado.

Palavras-chave: Despovoamento; Envelhecimento; Desenvolvimento rural; Valores sociais; Agricultura; Trás-os-Montes

Agradecimentos: colaboração dos mordomos das festas do Nosso Senhor da Rua Nova nos anos de 2015 e 2018; contributo informativo dos seguintes forneiros: António Júlio Tasca, Aníbal Pedro, António Augusto Pereira, Adriano Canhoto, António Nascimento Pereira (Pereirinha) e Manuel Redondo; comentários e sugestões de Rafael Marques; este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos Projetos UIDB/04521/2020 do SOCIUS/CSG e UIDB/05069/2020 da UECE/REM.

1. Introdução

Neste trabalho, tendo como ponto de partida a constatação do crescente despovoamento das regiões do interior de Portugal e considerando as suas dificuldades de desenvolvimento, faz-se um estudo de caso socioeconómico e etnográfico de uma pequena aldeia transmontana do distrito de Bragança.

Segue-se uma perspetiva multidisciplinar, alicerçada no estudo dos diferentes patamares de profundidade da realidade social, envolvendo, entre outras, as dimensões demográfica, económica, social, cultural e religiosa. O primeiro objetivo é quantificar o acelerado processo de despovoamento deste pequeno núcleo populacional, recorrendo às estatísticas demográficas oficiais. A este nível, realiza-se uma análise *in loco* da verdadeira ocupação, permanente, sazonal e esporádica do território em causa, tendo como ponto de partida o fluxo migratório dos anos sessenta, sobretudo para o Brasil, e, nos anos setenta, para França e Alemanha, bem como para os centros urbanos de Porto, Lisboa e Aveiro, entre outros.

O segundo objetivo é fazer a caracterização socioeconómica desta povoação, e a sua evolução nos últimos anos, destacando o peso que nela têm os ativos não residentes, sobretudo em termos de produção agrícola, a que se dedicam nos tempos livres, em complemento da sua profissão principal, na indústria e nos serviços.

O terceiro objetivo, mais de natureza social, cultural e religiosa, embora também com uma dimensão económica, é estudar o papel crucial da festa anual da freguesia, realizada no primeiro domingo de setembro, como fator de união entre os seus residentes, de apego à terra da diáspora e sinal de inclusão social (Espírito Santo, 1990). Através do estudo intensivo de dois, bem documentados, “peditórios para a festa” (2015 e 2018), cedidos pelos respetivos “mordomos”, procede-se a uma análise de como as contribuições podem, ou não, ser interpretadas como proxy de prestígio e conquista de status e centralidade na rede social, por parte quer dos locais quer dos emigrantes de diferentes ciclos temporais.

Para além disso, complementa-se a análise com informação adicional recolhida, *in loco*, junto dos respetivos mordomos e de outros habitantes conhecedores da realidade local, sobre a idade, local de residência, grau de escolaridade, profissão e dedicação (ou não) a atividades agrícola, com o propósito de comparar, a estes diversos níveis, a população residente na aldeia e a diáspora, que a ela continua ligada por laços familiares e afetivos, constituindo um ativo essencial para a resiliência deste território periférico, envelhecido e cada vez mais despovoado.

2. Enquadramento geográfico, demográfico e sociocultural

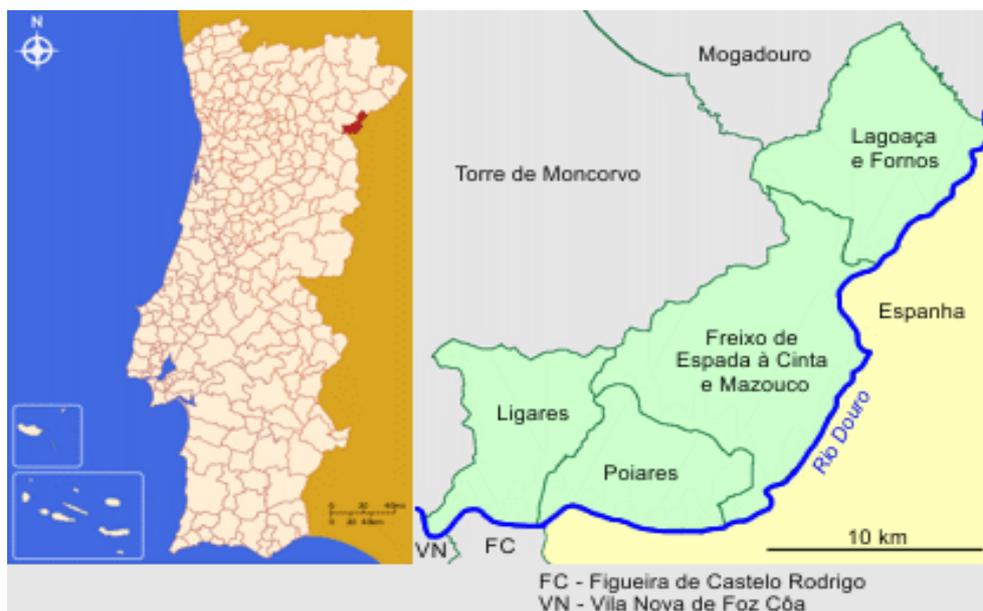
2.1 Localização geográfica

Fornos faz parte de uma união de freguesias do concelho de Freixo de Espada à Cinta, integrada na comarca de Torre de Moncorvo, diocese de Bragança e Miranda do Douro, distrito de Bragança, que foi constituída em 2013, pela lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, agregando as antigas freguesias de Lagoaça e Fornos, no âmbito de uma reorganização administrativa do território. Tem sede em Lagoaça e delegação em Fornos.

A aldeia ergue-se na faixa planáltica mirandesa (Taborda, 1997), que se estende por cerca de 100 km entre Carviçais e Vimioso, no prolongamento da Meseta Ibérica, distando, aproximadamente, 2 km da sede da União de Freguesias, 18 km da sede do concelho e menos de 30 km das sedes concelhias de Torre de Moncorvo e Mogadouro. É atravessada pela estrada nacional n.º 221 – a estrada nacional n.º 220, vinda de Moncorvo, termina no termo de Fornos, em Vale dos Ladrões, a 3 km da aldeia – que segue para Mogadouro.

A aldeia de Fornos foi incorporada no concelho de Freixo de Espada à Cinta, em 1512. E, entre junho de 1896 e janeiro de 1898, período em que este concelho esteve extinto, fez parte do concelho de Torre de Moncorvo (Pintado, 1996).

Figura 2.1 Localização geográfica de Fornos



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Freixo_de_Espada_%C3%A0_Cinta (consultado em 5/04/2020)

O termo de Fornos está disseminado por duas áreas diferenciadas: a primeira, a “terra quente”, abarca as arribas do Douro – íngremes e pedregosas – e as vertentes da Albagueira; a segunda, a “terra fria”, no eixo Lagoaça – Fornos - Vale dos Ladrões, é uma zona de planalto e serra, com bons solos para culturas e pastagens (Pintado, 1996).

2.2 População

A informação apresentada no Quadro 2.1 é esclarecedora quanto à crescente perda de habitantes da aldeia, particularmente a partir dos anos cinquenta do século passado, apresentando um decréscimo populacional considerável.

Vejamos: Fornos perde 153 habitantes entre 1950 e 1960 (-17,5 %); 117 entre 1960 e 1970 (-16,2%); 51 entre 1970 e 1981 (-8,4%); 136 entre 1981 e 1991 (-24,6%); 95 entre 1991 e 2001 (-22,7%) e 117 entre 2001 e 2011 (-36,3%). Ou seja, em 2011, a população de Fornos (206 residentes) é menos de um quarto da existente em 1950 (875).

Quadro 2.1 – População de Fornos: 1864-2011

População da freguesia de Fornos ¹														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
566	569	644	712	773	690	729	732	875	722	605	554	418	323	206

Fonte: I.N.E.

De características vincadamente rurais, Fornos dispõe de algumas boas infraestruturas, faltando-lhe aquelas que a poderiam catapultar para patamares superiores de desenvolvimento. A ausência de pequenas e médias empresas (industriais, comerciais, etc.) geradoras de empregos não permite fixar um número significativo de jovens à terra natal, potenciando a emigração e, por consequência, o envelhecimento da sua população e o crescente despovoamento da aldeia – o mais elevado do concelho de Freixo de Espada à Cinta (Barros, 2004a, p. 25).

O progressivo envelhecimento da população residente e a drástica diminuição da sua juventude, não sendo fenómenos únicos no concelho e no distrito, aceleram o definhamento da vida rural, provocam crescentes alterações na paisagem agrícola (há cada vez mais campos não cultivados), quebram tradições seculares (sem pessoas não há tradições que resistam) e geram sentimentos de isolamento e abandono (Barros, 2004a).

Nem a relativa mecanização da agricultura (o trator veio substituir o animal) - que põe fim a antigas profissões (o desaparecimento dos animais de tiro, burros e muares, por exemplo, deixou o ferrador sem trabalho de ferragem na aldeia), impede o abandono de parcelas agrícolas outrora cultivadas.

É de lamentar que os principais responsáveis pelas políticas de desenvolvimento do país não tenham sido capazes de olhá-lo como um todo uno e fazer uma síntese da

¹ Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fornos_\(Freixo_de_Espada_%C3%A0_Cinta\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fornos_(Freixo_de_Espada_%C3%A0_Cinta)), consultado em 4 de abril de 2020.

tradição e do progresso (Ribeiro, 2011), pelo que vamos assistindo ao avolumar da concentração das populações no litoral e ao ruir do mundo rural do interior.

2.3 A diáspora

A população da diáspora que mantém relações efetivas com a aldeia, isto é, que ainda vem a Fornos regularmente ou esporadicamente, deslocando-se dos centros urbanos onde reside para cultivar as suas parcelas agrícolas, disponibilizando a sua própria mão de obra ou contratando-a, desempenha um papel de relevo na manutenção da paisagem agrícola², impedindo que o mato invada completamente os campos e potencie fogos de proporções gigantescas.

Esta preocupação com a propriedade rural é uma forma de apego à terra que os viu nascer, e que se manifesta de várias formas e em várias ocasiões, como nos momentos das festividades religiosas (festa de Santo António) ou profano-religiosas (Carnaval), e especialmente na festa principal, que se realiza em setembro, como iremos demonstrar pelo peditório para a mesma em capítulo posterior.

2.4 Breve revisão da literatura

Apesar de ser uma pequena povoação do remoto interior de Portugal, há alguns trabalhos muito interessantes sobre Fornos, a que vale a pena prestar atenção. Desde logo, e numa vertente mais sociológica, etnográfica e lexicográfica, destacam-se os contributos de Vítor Barros, que a seguir se referem.

Numa monografia da aldeia, resultante de trabalho de campo realizado em 2002 (Barros, 2004a), o autor faz o recenseamento da população residente. Considera a repartição desta por grupos etários e por géneros. Mostra o seu crescente e preocupante envelhecimento, o mais acentuado do concelho de Freixo de Espada à Cinta. Apresenta uma explicação para o aumento da procura de ligações matrimoniais exogâmicas: a maior mobilidade dos jovens, proporcionada pelo uso de viatura própria

² Há um aumento significativo do cultivo da amendoeira e, em menor escala, do castanheiro, que vieram substituir o cultivo de cereais. E uma diminuição de hortas, agora plantadas com diversificadas árvores de fruto, próprio de uma economia de subsistência (Ribeiro, 1986).

e a escassez de jovens do sexo feminino. E dá-nos uma descrição atenta da sua estrutura agrária, mostrando-nos a divisão da terra por um grande número de pequenos e médios proprietários.

Noutros trabalhos, este mesmo autor estuda o léxico, a fonética e os processos de referenciação em Fornos, e também em Lagoaça, uma povoação vizinha e muito próxima (Barros 2004b, 2020). Merecem ainda destaque o seu dicionário sobre o falar de Trás-os-Montes e Alto Douro (Barros, 2006) e o estudo sobre estratégias de alianças matrimoniais em Lagoaça (Barros, 2011), no qual se mostra que o/as lagoaceiro/as que casaram e continuam a casar em Fornos, e vice-versa, escolheram aqui residir ou residir em Lagoaça pelo facto de possuírem mais ou menos terras de qualidade (hortas, terras de cereais e frutícolas bem localizadas), mais ou menos capitais ativos e passivos e/ou habitação própria ou de renda baixa.

De um ponto de vista histórico, importa referenciar as notas de monografia sobre as freguesias do concelho de Freixo de Francisco António Pintado, onde apresenta um pequeno estudo sobre o património arquitetónico religioso de Fornos (Pintado, 1996).

Registamos igualmente o estudo do Professor António Pimenta de Castro sobre os palheiros de Fornos - um antigo *ex libris* da aldeia que a insensibilidade cultural do autarca local, mais virado para o cimento e o betão, deixou perecer -, que nos explica a arte de colmar (Castro, 2001).

Numa perspetiva de cariz mais literário, cultural ou simbólico, merecem destaque os contributos do Coronel Amadeu José Ferreira, designadamente: *Da Aldeia e da Vida* (Ferreira, 2001), *Quem Vê o seu Povo...* (Ferreira, 1999) e *...O Mundo Todo* (Ferreira, 2002). O primeiro é constituído por pequenos contos, escritos numa linguagem simples, com algum vocabulário usado na localidade, que nos fazem lembrar o escritor oitocentista Trindade Coelho. O segundo e terceiro livros são constituídos por contos e memórias do autor sobre vidas e episódios pitorescos, que se leem de um fôlego, com algumas incursões etnográficas e linguísticas.

Foram ainda fonte de inspiração para este artigo os interessantes trabalhos de Barradas (1997), sobre os usos e costumes em Sanfins; Ferreira-Pinto (2002), sobre

alguns aspetos etnográficos do concelho de Alfândega da Fé; Godinho (2006), sobre a extensão social da realidade em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano, especialmente o capítulo V, em que aborda a temática do casamento; O'Neil (1984), sobre o designado «comunitarismo» de uma aldeia do nordeste transmontano: uma reanálise crítica; Pais (2004), sobre culto e devoção na aldeia de Babe; Sanchis (1992), sobre os arraiais e romarias portuguesas; Santos Júnior (1924), sobre alguns aspetos etnográficos de uma aldeia do concelho de Mogadouro; Silva (2003), sobre transformações na sociedade rural do concelho de Alfândega da Fé; e Vaz (1999), sobre a cultura popular de Pinelo.

3. Estudo de caso: os contributos para a festa anual

3.1 Base de dados

Este estudo de caso baseia-se essencialmente na lista de contributos para a festa da aldeia de Fornos, em honra do Nosso Senhor da Rua Nova, que se realiza todos os anos no primeiro domingo de setembro. A lista de base é a do peditório para a festa de 2015, e dela constam os nomes de todas as pessoas (forneiros e moradores em aldeias vizinhas) que deram o seu contributo monetário para a realização da festa, bem como o respetivo montante. Para alargar e tornar mais representativa a amostra, recorreu-se ainda à lista de 2018, o que permitiu acrescentar alguns nomes que, por qualquer razão, não constavam da lista de 2015 (embora seja hábito, e tradição antiga, contribuir para a festa anual, pontualmente, por motivos de ausência, doença ou graves dificuldades financeiras, pode não se cumprir essa tradição em determinado ano, sem que isso signifique menor apego à terra e menos fé no Nosso Senhor da Rua Nova).

Para além da(s) lista(s) de base, e com o propósito de fazer uma caracterização etária, social, económica e geográfica, tão completa quanto possível, da população em análise, recorreu-se ao conhecimento pessoal dos autores e, sobretudo, à ajuda de amigos (ex-mordomos e residentes ou ex-residentes em Fornos) que conhecem muito bem a terra.

Foi assim possível listar 229 “forneiros”, nascidos e/ou descendentes de pessoas nascidas em Fornos, ou ainda algumas pessoas (muito poucas), que não cumprindo nenhuma dessas condições, se consideram “forneiros” por terem assentado raízes nesta aldeia transmontana. Para além do nome e do valor monetário do contributo dado para a festa, foi possível identificar, para cada uma destas pessoas, a idade, o estado civil, o local de residência (não ao nível da freguesia, mas apenas do concelho, e respetivo distrito), o grau de escolaridade, a profissão e a situação profissional (ativo ou reformado) e finalmente, se desenvolvem ou não atividades agrícolas em Fornos, por conta própria ou através de terceiros. Estas são as variáveis que permitem fazer uma interessante e útil caracterização da vida social e económica dos “forneiros” e que a seguir se apresenta.

3.2 Resultados empíricos

Em primeiro lugar, e ainda antes de se proceder à caracterização detalhada da amostra estudada (os forneiros que contribuem para a festa), é necessário referir que um dos objetivos principais deste trabalho é ilustrar a importância da chamada “diáspora” (os forneiros que tiveram que buscar fora da sua terra melhores condições de sustento e de vida) para o desenvolvimento e sustentabilidade de uma pequena povoação do interior, envelhecida e desertificada. Para isso, a primeira tarefa foi distinguir os que ficaram, e residem em Fornos, dos que partiram para as “quatro partes do mundo”. Por comodidade e facilidade de tratamento, agruparemos os primeiros num conjunto chamado “Fornos” e os segundos num conjunto chamado “Diáspora”. Como se pode ver no Quadro 3.1, dos 229 indivíduos que compõem a amostra, 74 são residentes locais (cerca de um terço) e 155 residem fora da sua terra (cerca de dois terços).

Quadro 3.1: Divisão Fornos/Diáspora

	Nº	%
Fornos	74	32,3
Diáspora	155	67,7
Total	229	100,0

Vamos em seguida fazer a caracterização geral da amostra total, e de cada uma destas suas duas componentes, em termos de género, idade e estado civil.

3.2.1 Caracterização da amostra: género, idade e estado civil

Como se pode ver no Quadro 3.2, a nossa amostra é largamente enviesada em termos de género, com cerca de 3/4 de homens (169) e 1/4 de mulheres (60), e mais ainda, no caso da diáspora, quase 4/5 versus 1/5. Há uma razão essencial para isso, que tem a ver com o facto de normalmente, no caso de um casal, ser o homem que “dá” para a festa, ou mesmo que seja a mulher a “dar”, pede que se coloque na lista o nome do marido, ou os mordomos fazem logo isso de *moto proprio*, facto que não é alheio a uma certa cultura “machista”, que embora mitigada nos últimos anos, ainda se vai mantendo. Um dos próximos passos da nossa investigação vai ser corrigir esta “anomalia”, com informação adicional que permita registar, e estudar melhor, a componente feminina de Fornos.

Quadro 3.2: Género

GÉNERO	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
HOMENS	47	63,5	122	78,7	169	75,8
MULHERES	27	36,5	33	21,3	60	24,2
TOTAL	74	100,0	155	100,0	229	100,0

Em termos etários, e como seria de esperar, este trabalho corrobora e confirma o bem conhecido fenómeno do envelhecimento da população portuguesa, em geral, e da população do interior, em particular. Como se pode ver no Quadro 3.3, a média etária da amostra total é superior a 60 anos (61,3) e a dos residentes em Fornos é bem maior (67,2), sendo a da diáspora ligeiramente inferior a 60 anos (58,5). Se considerarmos que se trata de valores relativos ao ano de 2015, podemos deduzir que atualmente (2020) a média de idades dos residentes em Fornos é superior a 70 anos e a da diáspora rondará os 64. No entanto, há que fazer aqui a ressalva essencial de que este estudo não abrange a totalidade da população em causa, mas apenas os indivíduos que contribuem para a festa, ou seja, os que auferem rendimentos, excluindo-se por isso à partida e por

definição as crianças e os estudantes. Este enviesamento é pequeno no caso de “Fornos”, porque há infelizmente muito poucos jovens residentes (cerca de 10, segundo os nossos cálculos), mas é enorme no caso da “diáspora”, porque, como é óbvio, os filhos e netos dos forneiros espalhados pelo mundo residem com os pais (a quantificação exaustiva do seu número seria difícil de fazer, e está para além dos propósitos deste trabalho).

Quadro 3.3: Idade - estatísticas descritivas

	Mínima	Máxima	Média	Desvio Padrão	N
FORNOS	29	87	67,2	14,21	74
DIÁSPORA	30	85	58,5	11,49	155
TOTAL	29	87	61,3	13,01	229

Em termos de escalões etários (ver Quadro 3.4), a população analisada concentra-se esmagadoramente nos que correspondem a mais de 50 anos, sendo 29 a idade mínima da amostra (1 caso) e 87 a máxima (2 casos).

Quadro 3.4: Escalões etários

IDADE	FORNOS			DIÁSPORA			AMOSTRA TOTAL		
	Nº	%	%	Nº	%	% ac.	Nº	%	% ac.
25-30	1	1,3	1,3	1	0,6	0,6	2	0,9	0,9
31-35	3	4,0	5,3	4	2,6	3,2	7	3,1	3,9
36-40	2	2,7	8,0	7	4,5	7,8	9	3,9	7,9
41-45	4	5,3	13,3	13	8,4	16,2	17	7,4	15,3
46-50	1	1,3	14,7	12	7,8	24,0	13	5,7	21,0
51-55	4	5,3	20,0	20	13,0	37,0	24	10,5	31,4
56-60	2	2,7	22,7	23	14,9	51,9	25	10,9	42,4
61-65	7	9,3	32,0	34	22,1	74,0	41	17,9	60,3
66-70	11	14,7	46,7	27	17,5	91,6	38	16,6	76,9
71-75	16	21,3	68,0	4	2,6	94,2	20	8,7	85,6
76-80	16	21,3	89,3	4	2,6	96,8	20	8,7	94,3
81-85	5	6,7	96,0	5	3,2	100,0	10	4,4	98,7
86-90	3	4,0	100,0	0	0,0	100,0	3	1,3	100,0
TOTAL	75	100,0	100,0	154	100,0	100,0	229	100,0	100,0

Quanto ao estado civil (Quadro 3.5), a larga maioria dos forneiros são casados (60% no caso de “Fornos” e 77% no caso da “Diáspora”), havendo um número significativo de

viúvos em “Fornos” (quase 30%). O número de solteiros, quer num caso, quer no outro, é muito reduzido (cerca de 5%) e inferior ao número de divorciados (cerca de 7%). Mais uma vez, estes números podem refletir uma certa cultura tradicional e “conservadora”, que dá relevo ao “casamento” e vê com maus olhos o “divórcio”, embora também a este nível as coisas estejam a mudar, paulatinamente, e os números seriam certamente diferentes se incluíssemos os “jovens” ativos da diáspora (que em geral não são cobertos pela amostra, ou porque vêm menos à terra, ou porque mesmo que venham à festa, são os seus pais que contribuem monetariamente para ela).

Quadro 3.5: Estado civil

ESTADO CIVIL	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CASADOS	44	59,5	120	77,4	164	71,6
DIVORCIADOS	5	6,8	12	7,7	17	7,4
SOLTEIROS	4	5,4	8	5,2	12	5,2
VIUVOS	21	28,4	15	9,7	36	15,7
TOTAL	74	100,0	155	100,0	229	100,0

3.2.2 Distribuição geográfica da Diáspora

Vamos agora passar a um dos vetores mais interessantes da análise, e que esteve na base da motivação para este estudo, a distribuição geográfica da diáspora forneira. Como se pode ver no Quadro 3.6, a maior parte dos forneiros (quase metade) vive no distrito do Porto, seguindo-se a larga distância os de Lisboa (15,5%), Bragança (12,3%), Aveiro (cerca de 10%) e Setúbal (6%). Foram ainda registados mais 5 distritos com residentes de Fornos, mas com um peso residual (Guarda, Santarém, Viseu, Coimbra e Évora). É de destacar que, contrariamente a muitas povoações do interior transmontano, a diáspora forneira para o estrangeiro foi relativamente pequena, sendo registados apenas 7 indivíduos nesta amostra, concentrados em França, 6, e um em Angola. Há um núcleo importante de forneiros emigrados no Brasil (anos 50), não detetados neste estudo porque dão o seu contributo para a festa em conjunto (os “brasileiros”), mas o facto de continuarem a fazê-lo, depois de tantos anos, mostra bem

o forte apego à terra e a resiliência da fé no Nosso Senhor da Rua Nova. Seria interessante, mas está para além do âmbito deste trabalho, fazer um estudo específico sobre este assunto, da importância da emigração dos forneiros para o Brasil, primeiro, e depois para a França. Há também um fenómeno merecedor de estudo, o da migração para África, e subsequente “retorno”, que teve um certo peso no caso de Fornos, mas que está totalmente ausente neste trabalho. Enfim, dicas para trabalhos futuros...

Quadro 3.6: Distrito de residência

	Nº	%
PORTO	73	47,1
LISBOA	24	15,5
BRAGANÇA	19	12,3
AVEIRO	15	9,7
SETUBAL	9	5,8
GUARDA	2	1,3
SANTAREM	2	1,3
WISEU	2	1,3
COIMBRA	1	0,6
EVORA	1	0,6
ESTRANGEIRO	7	4,5
Total	155	100,0

É interessante e muito útil aprofundar a análise geográfica, descendo ao nível dos concelhos, para se ter uma ideia mais precisa sobre o local de residência da diáspora forneira. Como se pode ver no Quadro A.3.1 (em anexo), Matosinhos e o Porto foram os locais/concelhos preferidos pelos forneiros para “lutar pela vida” (cerca de 10% cada), seguindo-se Lisboa e a Maia (8,4% cada), e Aveiro e Valongo (6,5% cada), bem como Moncorvo (5,8%) e Famalicão (4,5%). Há ainda núcleos relevantes de forneiros na própria vila, Freixo de Espada à Cinta e em Vila Nova de Gaia (com um peso de cerca de 4%), Amadora e Gondomar (cerca de 2%). Embora com poucos residentes (abaixo de 2% do total, ou seja, menos de 4), há ainda mais 24 concelhos a registar, o que mostra que os forneiros se espalharam de facto pelas “4 partes do mundo”, neste caso, do nosso cantinho à beira mar plantado.

A forte concentração de forneiros em alguns concelhos, particularmente da área metropolitana do Porto, mas também de Lisboa, e em menor grau, Aveiro, mostra bem

a importância de certos núcleos de origem, familiar e de amizade, que estiveram na base da migração em causa, e que seria muito interessante estudar em detalhe.

3.2.3 Escolaridade, profissão e atividades agrícolas

Passando agora à caracterização socioeconómica da amostra, merece desde logo especial destaque o muito baixo nível de escolaridade desta população, o que é compreensível se tivermos em conta a combinação da sua origem geográfica (o interior, longínquo e predominantemente rural) com o seu nível etário (com cerca de 60 ou mais anos, a maior parte destas pessoas iniciou o seu percurso escolar antes do 25 de abril).

Como pode ver-se no Quadro 3.7, cerca de 80% dos forneiros tem apenas a escolaridade básica ou inferior, neste caso, e para a maior parte deles, a chamada “escola primária”, ou a antiga 4ª classe. Esta limitação é ainda mais gritante no caso dos residentes em Fornos, 72 em 74 (havendo ainda aqui um número significativo de analfabetos que não contabilizámos, sobretudo mulheres), e menos pronunciada no caso da diáspora (113 em 155). Mais uma vez, também a este nível as coisas seriam bem diferentes se se alargasse a amostra aos filhos e netos destes forneiros, que já nasceram e vivem num país bem diferente, o Portugal de abril.

Quadro 3.7: Nível de escolaridade

ESCOLARIDADE	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BÁSICA OU INF.	72	97,3	113	72,9	185	80,8
SECUNDÁRIA	1	1,4	21	13,5	22	9,6
SUPERIOR	1	1,4	21	13,5	22	9,6
Total	74	100,0	155	100,0	229	100,0

Tratando-se de uma população muito envelhecida, não é de estranhar a elevada percentagem de inativos, sobretudo reformados, mas também alguns “desencorajados”, dada a exiguidade de ofertas de emprego, particularmente na aldeia de origem. Assim sendo, no caso de “Fornos”, há cerca de 2/3 de inativos e no caso da “Diáspora”, cerca de 56% (ver quadro 3.8).

Quadro 3.8: Situação Profissional

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ATIVOS	24	32,4	69	44,5	93	40,6
INATIVOS	50	67,6	86	55,5	136	59,4
Total	74	100,0	155	100,0	229	100,0

O baixo nível de escolaridade, atrás referido, não pode deixar de se refletir nas profissões dos forneiros. O Quando A.3.2 (em anexo) apresenta essas profissões, em detalhe, embora com uma classificação não oficial (trabalho que pode ficar para uma próxima oportunidade).

É muito interessante observar que a profissão que mais se destaca é a dos Serviços de Segurança e Forças Armadas (37 agentes, correspondente a 16,2% do total da amostra), particularmente o serviço na GNR (33, ou 14,4%). Esta predominância da GNR face à PSP pode estar associada à menor qualificação escolar de base exigida como critério de acesso. A comunidade forneira valoriza muito esta profissão, que encara como uma forma de ascensão social, o que, em parte, explica a apetência dos forneiros com a escolaridade básica e/ou secundária por ela, pois, há duas décadas, o jovem que ingressava nas fileiras da GNR tinha mais facilidade em encontrar companheira para a vida do que um agricultor ou obreiro da autarquia.

A segunda profissão mais representada é de agricultor (35, 15,3% do total, maioritariamente exercida pelos menos escolarizados), o que se explica pela predominância desta atividade nos residentes locais de Fornos. Contudo, é de destacar que mesmo nesta aldeia têm já algum peso outras profissões, sobretudo nos serviços (centro de dia para apoio a idosos, junta de freguesia e câmara municipal) e na construção civil.

Em terceiro lugar, há que destacar o significativo número de operários fabris, a maior parte dos quais trabalham (ou trabalharam, estando hoje reformados) em pequenas empresas da área metropolitana do Porto, bem como dos trabalhadores do setor dos Transportes e Comunicações, particularmente a CP. Estes 2 conjuntos têm um peso equivalente (14,8% do total em cada um deles).

Merece ainda destaque o número razoavelmente grande de forneiros que são professores (16), nos diversos graus de ensino, mas sobretudo no básico e secundário, havendo apenas um no ensino universitário.

Há depois uma série de outras profissões, com menor representatividade, designadamente comerciantes (9), técnicos auxiliares da segurança social e da educação (9), empregados do comércio (5), e diversos profissionais liberais (4 empresários, 4 mecânicos, 3 eletricitas, 2 construtores civis, 2 advogados, 1 arquiteto, 1 dentista...).

Um aspeto que merece especial destaque, em termos de ocupação útil do território e manutenção da principal atividade da região, é o das pessoas que desenvolvem atividades agrícolas, como principal ou secundária ocupação, ou até como hobby nos tempos livres (férias e fins de semana ou tempo de reforma). Já vimos que há só 35 agricultores a tempo inteiro em Fornos, sendo que, no entanto, há 110 pessoas a desenvolver atividades agrícolas (ver Quadro 3.9), ou seja, um grande número de forneiros é agricultor “amador”, portanto, faz isso por “apego à terra”, neste caso num duplo sentido, de afeição à sua “terra natal” e à “terra em que se produz”.

Quadro 3.9 – Atividades agrícolas

ATIVIDADE AGRÍCOLA	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
SIM	57	77,0	53	34,2	110	48,0
NÃO	17	23,0	102	65,8	119	52,0
Total	74	100,0	155	100,0	229	100,0

Destes 110 “agricultores”, 53 pertencem à diáspora, o que é um fator muito relevante de ocupação sazonal do território, e deve ser incentivado pelas políticas públicas de desenvolvimento regional e local. Um estudo interessante seria aprofundar as razões que motivam estes verdadeiros “heróis da resistência agrária” a preservar as tarefas e as tradições dos seus antepassados, apesar de todas as dificuldades que isso acarreta, e dado que a maior parte deles já tem uma idade avançada (mais de 60 ou até 70 anos), tentar saber se os seus filhos e netos pretendem manter a tradição. Dada a importância dos jovens agricultores para a dinamização e o progresso tecnológico deste

setor (Guerra e Lopes, 2019), parece-nos que este fator pode ser determinante na futura resiliência destes territórios do interior, cada vez mais envelhecidos e despovoados.

3.2.4 Donativo para a Festa

A última variável estudada neste trabalho é a contribuição monetária para a festa anual, importante nas aldeias (Oliveira, 1984), de que se apresentam no Quadro 3.10 as principais estatísticas descritivas (média e desvio padrão). Em média, os forneiros contribuem com cerca de 50 euros, mas é de assinalar a grande diferença nos contributos médios dos “locais” e da “diáspora”, cerca de 36 euros no primeiro caso, e 55 euros no segundo. Ou seja, depreende-se destes números que, em média, a situação económica dos forneiros que vivem nas vilas, e sobretudo nas cidades, é bastante melhor que a dos que vivem na aldeia, o que confirma tendências fortes e bem documentadas, das vantagens económicas da concentração populacional (Glaeser, 2008), do litoral face ao interior e das atividades secundárias e terciárias face à agricultura.

Quadro 3.10: Donativo para a Festa/Estatísticas descritivas

	Média	Desvio Padrão	N
FORNOS	35,95	16,72	74
DIÁSPORA	55,39	29,59	155
TOTAL	49,10	27,64	229

Estes números devem ser vistos com alguma cautela, porque como se pode ver no Quadro 3.11 há alguma tendência para concentração do valor dos contributos em determinados “valores-padrão”, designadamente 50 euros (42% dos contributos da diáspora) ou 25 euros (um terço dos contributos dos residentes locais), o que prejudica esta variável enquanto *proxy* da situação económica do doador para a festa. O que não invalida, contudo, a tendência geral acima referida.

Importa ainda mencionar que o donativo suprarreferido é entregue aos mordomos da festa - que durante todos os fins de semana do mês de agosto, em especial aos domingos, e nos primeiros dias de setembro, incluindo os dias de festa, percorrem a

aldeia, indo porta a porta, para fazerem o que se designa «peditório» - pelos doadores, num ato individual informal.

Quadro 3.11: Donativo para a Festa/valores

VALOR	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
5,0	0	0,0	1	0,6	1	0,4
10,0	0	0,0	4	2,6	4	1,7
15,0	2	2,7	3	1,9	5	2,2
20,0	7	9,5	8	5,2	15	6,6
25,0	25	33,8	3	1,9	28	12,2
27,5	2	2,7	0	0,0	2	0,9
30,0	6	8,1	6	3,9	12	5,2
32,5	2	2,7	0	0,0	2	0,9
35,0	1	1,4	2	1,3	3	1,3
40,0	7	9,5	18	11,6	25	10,9
45,0	0	0,0	1	0,6	1	0,4
50,0	16	21,6	65	41,9	81	35,4
60,0	3	4,1	8	5,2	11	4,8
70,0	1	1,4	7	4,5	8	3,5
80,0	0	0,0	6	3,9	6	2,6
95,0	0	0,0	1	0,6	1	0,4
100,0	2	2,7	19	12,3	21	9,2
150,0	0	0,0	1	0,6	1	0,4
200,0	0	0,0	2	1,3	2	0,9
TOTAL	74	100,0	155	100,0	229	100,0

Para além deste donativo, há ainda outras contribuições monetárias, e, por vezes, não monetárias³ (Espírito Santo, 1990), não contabilizadas no peditório, resultantes de promessas ao Senhor da Rua Nova. Neste caso, são ofertas mais formais, acompanhadas de atos de fé, normalmente agradecimentos (mas também orações e/ou pedidos), junto da imagem do Senhor da Rua Nova, que se encontra na capela, colocando nas fitas do seu andor o valor pecuniário prometido (Sanchis, 1992). Esta doação é feita com algum recato - coisa que não acontecia há quatro ou cinco décadas⁴, onde a doação assumia

³ «Oferecem-se também joias de toda a espécie, que são colocadas sobre as imagens», Moisés Espírito Santo, *A Religião Popular Portuguesa*, pp. 136-137.

⁴ Ainda nos anos 60/70 do precedente século, nos lembramos de estes donativos serem efetuados à porta de cada doador, no decorrer da procissão, que alguns aproveitavam para ostentarem o seu poder económico, real ou fictício, ou a sua prodigalidade.

características quase *potlachianas* - e, geralmente, resulta da satisfação do promitente pelo resultado da promessa (Espírito Santo, 1990; Sanchis, 1992), saindo assim reforçada a sua fé (Malinowski, 1990).

O pagamento monetário do sermão e dos enfeites dos andores, em cumprimento de promessas, são também donativos individuais que contribuem para a redução das despesas da comissão de festas.

3.2.5 Informação adicional

Finalmente, merece particular atenção e destaque, em termos de inevitável e rápido despovoamento do território e empobrecimento cultural, o significativo número de forneiros que, entretanto, deixaram de estar entre nós, desde 2015 e até setembro de 2020 (ver Quadro 3.12).

Quadro 3.12: Falecidos entre setembro de 2015 e setembro de 2020

	FORNOS		DIÁSPORA		AMOSTRA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
FALECIDOS	12	16,2	6	3,9	18	7,9
Total	74	100,0	155	100,0	229	100,0

É também em singela homenagem a estes conterrâneos já falecidos, e a tantos outros que partiram já deste mundo, mas permanecem bem vivos na nossa memória individual e coletiva, que este trabalho se realiza.

4. Conclusões

As regiões do interior de Portugal sofrem há décadas um processo paulatino e irreversível de despovoamento, divergência económica e envelhecimento populacional. Este trabalho dá um modesto contributo para um melhor conhecimento deste processo, fazendo o retrato atual de uma pequena aldeia transmontana, Fornos, concelho de Freixo de Espada à Cinta. A sua originalidade reside na base de dados utilizada para quantificar as principais tendências demográficas e socioeconómicas, a lista do peditório para a festa anual da povoação, gentilmente cedida pelos respetivos mordomos.

Partindo desta lista, foi possível identificar a maior parte dos indivíduos ligados a esta aldeia – os forneiros, ou porque nela nasceram e ainda vivem, ou porque nela nascendo, eles ou os seus pais, tiveram que a deixar para procurar noutras terras (cidades e vilas de Portugal, ou no estrangeiro) melhores condições de vida e de trabalho.

Tendo por base o contributo monetário dado para a festa, esta lista cobre apenas os forneiros adultos, ativos ou reformados, com condições monetárias para o fazer, o que explica um grande enviesamento etário. E sendo tradição antiga que no caso dos casais seja o homem a contribuir ou a constar da lista, isso implicou um também grande enviesamento de género. Seria interessante proceder a um trabalho adicional que eliminasse estes enviesamentos, através de uma abrangente e minuciosa identificação e caracterização da juventude e da população feminina de Fornos.

Sendo um dos principais objetivos deste trabalho estudar e conhecer melhor a diáspora forneira, a primeira tarefa foi dividir a amostra total (229 pessoas) em residentes permanentes da aldeia (74, “forneiros”) e residentes noutras localidades (155, “diáspora”). A caracterização detalhada destes dois grupos permitiu constatar que existem entre eles significativas diferenças.

Os “forneiros” são mais idosos (média de quase 70 anos), menos escolarizados e essencialmente trabalham (ou trabalharam) na agricultura, embora existam outras profissões do setor dos serviços (funcionários da Câmara Municipal de Freixo e do Centro de dia de Fornos).

Quanto à “diáspora”, fortemente concentrada na área metropolitana do Porto, é também constituída por pessoas relativamente idosas (média de quase 60 anos), pouco escolarizadas e com profissões de baixa qualificação, predominando os agentes de segurança (sobretudo da GNR), operários fabris, funcionários de empresas de transportes (sobretudo STCP), técnicos auxiliares e empregados comerciais. Há, no entanto, um número razoável de professores e também alguns profissionais liberais (comerciantes, empresários, construtores civis, advogados, etc.), embora neste caso em número relativamente reduzido.

Um assunto relevante, enfatizado neste estudo, é o das pessoas que, não sendo agricultoras, e em muitos casos não tendo residência permanente em Fornos, desenvolvem atividades agrícolas nesta aldeia, continuando a tradição herdada de pais e avós, mostrando desta forma um enorme “apego à terra” e dando um contributo importante para a resiliência deste território. Seria muito importante para o desenvolvimento regional do interior apoiar estes “agricultores amadores” e fornecer incentivos para que os seus filhos e netos prossigam esta útil e salutar tradição.

Finalmente, é importante notar que o valor médio do contributo para a festa é muito menor no caso dos residentes locais (cerca de 36 euros) relativamente ao dos membros da diáspora (cerca de 55 euros), confirmando assim um facto económico estilizado, e bem documentado, de menor rendimento na agricultura face à indústria e aos serviços e no interior face ao litoral. Também a este nível é essencial atuar através das políticas públicas, em geral, e dos apoios nacionais e comunitários (fundos estruturais), em particular, com medidas efetivas que consigam diminuir o fosso demográfico e económico cada mais profundo entre estes dois “mundos”. Até agora, infelizmente, os esforços nesse sentido têm basicamente falhado.

Referências bibliográficas

BARROS, Vítor Fernando (2004a), *Uma aldeia transmontana – Morfologia social de Fornos*, Freixo de Espada à Cinta, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta; disponível em: <http://www.scribd.com/doc/116382659/Morfologia-Social-de-Fornos>.

BARROS, Vítor Fernando (2004b), Algumas características fonético-fonológicas de Lagoaça, em *Lagoaça – Terra Nossa* (Revista da Comissão de Festas de N^a Sra. das Graças), n.º 3, pp. 25-35.

BARROS, Vítor Fernando (2006), *Dicionário do Falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa, Âncora/Colibri.

BARROS, Vítor Fernando (2011), *Lagoaça – Estratégias de Alianças Matrimoniais*, em *Trás-os-Montes e Alto Douro, Mosaico de Ciência e Cultura*, 2011, pp. 319-321.

BARROS, Vítor Fernando (2020), *Processos de Referenciação em Lagoaça e Fornos: nomes próprios, apelidos, formas de tratamento e alcunhas*, Porto, Mosaico de Letras.

CASTRO, António Pimenta (2001), *Os Palheiros de Fornos*, Fornos – Freixo de Espada à Cinta, Junta de Freguesia de Fornos.

ESPÍRITO SANTO, Moisés (1990), *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, Assírio e Alvim.

FERREIRA, Amadeu (1999), *Quem vê o seu povo...*, Freixo de Espada à Cinta, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

FERREIRA, Amadeu (2001), *Da Aldeia e da Vida*, Freixo de Espada à Cinta, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

FERREIRA, Amadeu (2002), *... O Mundo Todo*, Freixo de Espada à Cinta, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

FERREIRA-PINTO, Amélia da Conceição Inocêncio de Sousa (2002), *Contribuição para uma monografia etnográfica, linguística e folclórica do concelho de Alfândega da Fé*, Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

GLAESER, Edward (2008), *Cities, Agglomeration and Spatial Equilibrium*, Oxford University Press, Oxford.

GODINHO, Paula (2006), *O Leito e as Margens: estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano*, Lisboa, Edições Colibri.

GUERRA, Ana e LOPES, João Carlos (2019), *Young farmers as innovation enablers in rural areas: the role of the EU's support in a Portuguese peripheric region*, Trás-os-Montes, REM Working Paper 095-2019.

MALINOWSKI, Bronislaw (1990), *Magia, Ciência e Religião*, Lisboa, Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984), *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

O'NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, D. Quixote.

PAIS, Alberto Manuel de Sousa (2004), «Babe: culto e devoção», em *Brigantia*, vol. XXIV, números 1/2, janeiro/junho, pp. 95-108.

PINTADO, Francisco António (1996), *De Freixo a Freixo de Espada à Cinta – As freguesias*, Freixo de Espada à Cinta, Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

RIBEIRO, Orlando (1986), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 4ª edição.

RIBEIRO, Orlando (2011), *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição.

SANCHIS, Pierre (1992), *Arraial: Festa de um Povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2ª edição.

SANTOS JÚNIOR (1924), «Estudo antropológico e etnográfico de S. Pedro (Mogadouro)», em *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, 1924, pp. 175-178.

SILVA, Lourdes da Graça Camelo da Cunha e SILVA, Raul Teixeira da Cunha (2003), *Gentes sem terra, Terras sem gente: transformações na sociedade rural do concelho de Alfândega da Fé (1940/1970)*, Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

TABORDA, Vergílio (1987), *Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª edição.

VAZ, Francisco A. Lourenço (1999), «Contributo para o estudo da cultura popular do nordeste transmontano: religião popular, comunitarismo e divertimentos na aldeia de Pinelo», em *Brigantia*, vol. XVIII, números 3/4, pp. 115-152.

ANEXO

Quadro A.3.1: Concelho de residência da diáspora

	Nº	%
MATOSINHOS	16	10,3
PORTO	16	10,3
LISBOA	13	8,4
MAIA	13	8,4
AVEIRO	10	6,5
VALONGO	10	6,5
MONCORVO	9	5,8
FAMALICAO	7	4,5
FREIXO DE ESPADA À C.	6	3,9
FRANÇA - DIVERSOS	6	3,9
V N GAIA	6	3,9
AMADORA	5	3,2
GONDOMAR	4	2,6
ALMADA	3	1,9
ESPINHO	2	1,3
FOZ COA	2	1,3
MOGADOURO	2	1,3
OEIRAS	2	1,3
SETUBAL	2	1,3
SINTRA	2	1,3
UIXEU	2	1,3
AGUEDA	1	0,6
ALENQUER	1	0,6
LUANDA	1	0,6
BRAGANÇA	1	0,6
COIMBRA	1	0,6
ESTARREJA	1	0,6
EVORA	1	0,6
LOURES	1	0,6
MIRANDELA	1	0,6
MOITA	1	0,6
MONTIJO	1	0,6
OLIVEIRA DE AZEMEIS	1	0,6
PENAFIEL	1	0,6
SALVATERRA	1	0,6
SANTAREM	1	0,6
SEIXAL	1	0,6
SINES	1	0,6
Total	155	100,0

Quadro A.3.2: Profissão – amostra total

	Nº	%
FORÇAS DE SEGURANÇA E F.A.	37	16,2
<i>GNR</i>	33	14,4
<i>PSP</i>	2	0,9
<i>MILITAR</i>	2	0,9
AGRICULTOR	35	15,3
OPERARIO FABRIL	34	14,8
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	34	14,8
<i>CP</i>	14	6,1
<i>STCP</i>	7	3,1
<i>CTT</i>	5	2,2
<i>MOTORISTA</i>	4	1,7
<i>CARRIS</i>	1	0,4
<i>TAP</i>	1	0,4
<i>TAXISTA</i>	1	0,4
<i>TELEFONISTA</i>	1	0,4
PROFESSOR	16	7,0
COMERCIANTE	9	3,9
TECNICO AUXILIAR - S.S. E EDUC.	9	3,9
EMPREGADO COMERCIAL	5	2,2
EMPREGADA DOMÉSTICA	4	1,7
EMPRESARIO	4	1,7
MECANICO	4	1,7
TECNICO INTERMÉDIO	3	1,3
ELETRICISTA	3	1,3
ADVOGADO	2	0,9
CONSTRUTOR CIVIL	2	0,9
ECONOMISTA	2	0,9
BANCARIO	2	0,9
ARQUITETO	1	0,4
CHEFE DE COZINHA	1	0,4
DENTISTA	1	0,4
ENFERMEIRA	1	0,4
ENGENHEIRO AGRONOMO	1	0,4
ENGENHEIRO ELETROTECNICO	1	0,4
DOMÉSTICA	17	7,4
TOTAL	229	100,0